

Comunicado de Imprensa

## **DE QUE RECEIA A SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA QUANDO DECIDE NÃO FACULTAR INFORMAÇÃO AO SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DOS AÇORES?**

Tendo o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) solicitado às escolas da Região que lhe fossem facultadas as listas com o tempo de serviço do pessoal docente para efeitos de progressão em carreira, entendeu o membro do Governo Regional competente em matéria de educação escusar-se a este procedimento, tendo solicitado a emissão de parecer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Consequentemente pretende o SDPA ser esclarecido acerca dos verdadeiros motivos da recusa em lhe ser proporcionado o acesso a dados que, sendo obrigatoriamente afixados nas escolas, são do conhecimento público dos docentes.

1. Em 2009, procedeu o Ministério da Educação à alteração da estrutura da carreira docente para os professores e educadores de infância integrados nos quadros das escolas sob a sua dependência, equiparando a carreira docente à carreira dos técnicos superiores da administração pública.

2. Em 2015, e já com um desfasamento de mais de seis anos – e o congelamento da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão em carreira, em vigor –, procedeu o Governo Regional dos Açores à alteração da estrutura da carreira docente para os professores e educadores de infância pertencentes aos quadros das escolas da Região, no âmbito do processo de revisão do Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores (EPDRAA), na equiparação da estrutura das duas carreiras, naquilo que é a estrutura de escalões e índices de progressão.

De acordo com o definido no EPDRAA, passou a nova carreira docente, em similitude com o que ocorre no território do Continente, a estruturar-se em 10 escalões, em detrimento dos anteriores 8 escalões, num percurso evolutivo em que o acesso ao décimo e último escalão ocorre quando perfeitos 34 anos

de tempo de serviço legalmente reconhecido para efeitos de progressão. Não é, por conseguinte, a estrutura da carreira docente, em si mesma, de acordo com o que está definido no EPDRAA, a matéria que está em causa e que aqui se pretende discutir!

3. Aquilo que está em questão são as normas que foram definidas e aprovadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, que contém as regras pelas quais se opera a transição da anterior estrutura da carreira docente, de 8 escalões, para a nova estrutura da carreira docente, de 10 escalões, com as consequências que decorrem da aplicação de tais normas.

4. Na tentativa de conhecer o resultado da concretização do processo de transição referido, requereu o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores junto do Secretário Regional da Educação e Cultura, reiteradamente, ao longo do ano 2016, que a Secretaria Regional da Educação e Cultura procedesse à implementação deste processo, o que, não obstante a apresentação de uma queixa formulada pelo SDPA junto do Provedor de Justiça, não chegou a acontecer no decurso daquele ano.

Todavia, e certamente também por virtude das iniciativas encetados pelo Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, no dealbar do pretérito mês de maio, foram finalmente endereçadas às escolas dos Açores as listas onde consta a situação em carreira dos docentes dos quadros das escolas da Região, mencionando-se o tempo de serviço para efeitos de progressão, na transição para a nova estrutura da carreira docente.

5. No exercício do direito legalmente consagrado na legislação laboral, de acesso à informação respeitante ao tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira – por se tratar de matéria relacionada com “(...) a situação, a estrutura e a evolução provável do emprego (...)”, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 343 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas –, procurou o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, por intermédio dos seus Delegados Sindicais, solicitar às escolas da Região a remissão das listas mencionadas, tendo em vista obter um melhor conhecimento acerca do processo administrativo que havia sido concretizado, que consistiu na transição dos docentes da anterior para a nova estrutura da carreira docente.

6. Considerou, porém, o Diretor Regional da Educação ter dúvidas quanto à oportunidade de ao Sindicato Democrático dos Professores dos Açores facultar as referidas listas de progressão em carreira – pese embora, no cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, devam as mesmas ser afixadas “(...) em local apropriado à consulta pelos interessados”, tonando-se por esta via do conhecimento comum dos docentes –, tendo solicitado parecer nesse sentido à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

7. Questiona o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores qual o receio do membro Governo Regional competente em matéria de educação quanto ao facto de este Sindicato ser conhecedor da situação em carreira dos docentes pertencentes aos quadros das escolas da Região, resultante da aplicação das normas respeitantes à transição entre carreiras, na perceção e aclaração das consequências que daí resultam, prejudicando-se assim o cumprimento dos princípios de transparência, colaboração e boa-fé – previstos no Novo Código do Procedimento Administrativo – por que se deveria orientar a Administração Pública regional.

8. Nestes termos, questiona o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores:

- i. Receia a Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores evidencie que não tenha havido a preocupação em elaborar e aprovar normas de transição entre as carreiras que, no primado dos princípios da justiça e da igualdade de tratamento, garantissem uma progressão em carreira em equidade para todos os docentes, não superior a 34 anos, em concordância com o estabelecido no EPDRAA, aprovado em 2015?
- ii. Receia a Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores confirme, pela análise das listas de progressão, aquilo que ainda durante o processo de negociação do EPDRAA percebeu e denunciou: que da aplicação das normas de transição resulta, para a grande maioria dos docentes, o prejuízo da perda de três anos de tempo de serviço honestamente prestado e legalmente reconhecido pela Administração Escolar, daí resultando que para este imenso universo de docentes a carreira se estende por uns longos 37 anos?

- iii. Receia a Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores releve, tal como denunciou ainda em 2015, ao longo do processo negocial do EPDRAA, que um grupo restrito de docentes tenha o benefício de uma carreira com a duração de 32 anos, ou de 31 anos, ou ainda, para alguns outros – uma autêntica elite de privilegiados –, uma duração de apenas 29 anos?
- iv. Receia a Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores conheça e denuncie que o atual Diretor Regional da Educação faz uma carreira de 29 anos e, eventualmente, não quer que isso se saiba e seja divulgado?
- v. Receia a Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores conheça e denuncie que a ex-Diretora Regional da Educação – que ao longo de todo o processo negocial de revisão do EPDRAA se mostrou irredutível na defesa das normas de transição fixadas – faz uma carreira de 29 anos?
- vi. Receia a Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores conheça e denuncie que o Secretário Regional da Educação e Cultura – que ao longo de todo o processo negocial de revisão do EPDRAA se mostrou determinado na imposição destas normas de transição – tem um familiar direto que faz uma carreira de 31 anos e não quer que tal seja do conhecimento público?

9. O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores manter-se-á fortemente empenhado na correção das situações de injustiça, discriminação e iniquidade de tratamento, resultantes da transição dos docentes da anterior para a nova estrutura da carreira docente, em resultado da aplicação das normas que foram definidas, as quais continuará a contestar, tendo intenção de, num futuro próximo, suscitar que as mesmas venham a ser novamente discutidas e revistas pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ou que venham a ser consideradas como matéria ferida de inconstitucionalidade, pela evidente violação de alguns dos princípios primordiais da Constituição Portuguesa.

A Direção, aos 22-06-2017.